



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|---------------------|---|
|                     | Dispõe sobre as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares.  |
|                     | O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:   |
|                     | <b>Art. 1º</b> Esta Medida Provisória dispõe sobre:   |
|                     | I - as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; e   |
|                     | II - a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares.   |
|                     | <b>Art. 2º</b> Para fins do disposto nesta Medida Provisória, consideram-se:  |
|                     | I - concentrado de minério nuclear - concentrado de elemento nuclear que seja produto final da lavra de minério nuclear, de minérios que contenham elementos nucleares associados ou de matérias-primas que contenham elementos nucleares associados;                             |
|                     | II - instalação minero-industrial nuclear - local no qual minérios nucleares, minérios que contenham elementos nucleares associados ou matérias-primas que contenham elementos nucleares associados são lavrados e processados para a obtenção do concentrado de minério nuclear; |
|                     | III - instalação nuclear - local no qual o material nuclear é produzido, processado, reprocessado, utilizado, manuseado ou estocado;  |
|                     | IV - lavra de minério nuclear - conjunto de operações coordenadas para a extração dos elementos nucleares de um depósito de minério nuclear, incluído o processamento físico e químico para a produção do concentrado de minério nuclear; e                                       |
|                     | V - recurso estratégico de minério nuclear - recurso mineral de minério nuclear localizado em região geográfica delimitada e destinado ao atendimento da demanda do Programa Nuclear Brasileiro.  |
|                     | <b>Art. 3º</b> A INB é empresa pública com a finalidade principal de executar o monopólio da União sobre as atividades previstas no inciso XXIII do caput do art. 21 e no inciso V do caput do art. 177 da Constituição.  |

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|---------------------|--|
|                     | Parágrafo único. A INB, criada nos termos do disposto na <a href="#">Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a> , será regida pelo disposto nesta Medida Provisória e na legislação aplicável às empresas estatais. |
|                     | <b>Art. 4º</b> A INB tem por objeto:   |
|                     | I - executar:  |
|                     | a) a pesquisa, a lavra e o comércio de minérios nucleares e de seus concentrados, associados e derivados;  |
|                     | b) o tratamento de minérios nucleares e de seus associados e derivados;  |
|                     | c) o desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento de minérios nucleares e de seus associados e derivados;  |
|                     | d) a conversão, o enriquecimento, a reconversão, a produção e o comércio de materiais nucleares; e   |
|                     | e) a produção e o comércio de outros equipamentos e materiais de interesse da energia nuclear;   |
|                     | II - construir e operar:   |
|                     | a) instalações de tratamento, concentração e beneficiamento de minérios nucleares e de seus concentrados, associados e derivados;  |
|                     | b) instalações de industrialização, conversão e reconversão de material nuclear; e   |
|                     | c) instalações destinadas ao enriquecimento de urânio, ao reprocessamento de elementos combustíveis irradiados e à produção de elementos combustíveis e outros materiais de interesse do setor nuclear;              |
|                     | III - negociar e comercializar, nos mercados interno e externo, bens e serviços de seu interesse; e  |
|                     | IV - gerenciar o aproveitamento do recurso estratégico de minério nuclear.   |
|                     | Parágrafo único. A INB poderá prestar serviços para entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, no País ou no exterior.  |
|                     | <b>Art. 5º</b> Para a execução das atividades a que se refere o art. 4º, a INB poderá firmar contratos com pessoas jurídicas e remunerá-las por meio de:   |
|                     | I - pagamento em valor de moeda corrente por aquisições de bens e serviços;  |
|                     | II - percentual do valor arrecadado na comercialização do produto da lavra, conforme definido em contrato;   |
|                     | III - direito de comercialização do minério associado;   |

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|---------------------|---|
|                     | IV - direito de compra do produto da lavra com exportação previamente autorizada, conforme definido em contrato e regulamento; ou   |
|                     | V - outras formas estabelecidas entre as partes em contrato.  |
|                     | <b>Art. 6º</b> Constituem receitas da INB:  |
|                     | I - recursos consignados no Orçamento Geral da União e em créditos adicionais, transferências e repasses, que lhe forem destinados;   |
|                     | II - receitas oriundas:   |
|                     | a) da alienação de bens e direitos;   |
|                     | b) da comercialização de minérios nucleares e de seus associados, concentrados e derivados; e   |
|                     | c) da comercialização de materiais nucleares e de outros equipamentos e materiais de interesse da energia nuclear;  |
|                     | III - produtos de operações de crédito, juros e venda de bens patrimoniais ou de materiais inservíveis;   |
|                     | IV - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, a título oneroso ou gratuito;  |
|                     | V - receitas e recursos oriundos:   |
|                     | a) de acordos, contratos e convênios firmados com entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas; e   |
|                     | b) de inovações tecnológicas desenvolvidas pela INB; e  |
|                     | VI - outras receitas e recursos que forem captados pela INB ou que lhe forem destinados.  |
|                     | <b>Art. 7º</b> O regime jurídico do pessoal da INB é o da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</a> , e de sua legislação complementar.  |
|                     | Parágrafo único. A contratação de pessoal para a INB é efetuada por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.  |
|                     | <b>Art. 8º</b> Fica a União autorizada a aumentar o capital social da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, nos termos do disposto na <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> , por meio do aporte das ações que a União detém no capital social da INB. |

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|---------------------|---|
|                     | Parágrafo único. A efetivação do aumento do capital social a que se refere o caput implicará a assunção do controle da INB pela ENBPar.   |
|                     | <b>Art. 9º</b> Comunicada a ocorrência de elementos nucleares, nos termos do disposto no art. 4º da <a href="#">Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974</a> , a INB realizará estudos de viabilidade técnica e econômica para a definição da forma de aproveitamento dos recursos minerais nucleares.         |
|                     | § 1º Os estudos de que tratam o caput incluirão a apuração do valor econômico do elemento nuclear e da substância mineral pesquisada ou lavrada na jazida.  |
|                     | § 2º Na hipótese de os estudos de que trata o caput indicarem a ocorrência de elementos nucleares em quantidade de valor econômico superior ao valor da substância mineral pesquisada ou lavrada, o aproveitamento dos recursos minerais presentes na jazida somente ocorrerá por meio de:                    |
|                     | I - associação entre a INB e o titular da autorização de pesquisa mineral ou da concessão de lavra; ou  |
|                     | II - encampação do direito minerário pela INB.  |
|                     | § 3º A encampação implicará a transferência, pela Agência Nacional de Mineração - ANM, do direito minerário do titular para a INB, mediante indenização prévia.   |
|                     | § 4º A indenização de que trata o § 3º será custeada pela INB e considerará, na forma prevista em regulamento, o estudo de viabilidade técnica e econômica para a definição do prêmio pela descoberta e o reembolso das despesas efetivamente realizadas e ainda não amortizadas, atualizadas monetariamente. |
|                     | § 5º Na hipótese de os estudos de que trata o caput indicarem a ocorrência de elementos nucleares em quantidade de valor econômico inferior ao valor da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização para pesquisa ou a concessão de lavra será mantida, observado o seguinte:                     |
|                     | I - quando o aproveitamento do elemento nuclear de interesse for considerado viável técnica e economicamente, as partes estabelecerão a forma de disponibilização ou entrega à INB do elemento nuclear contido no minério extraído, na forma prevista em regulamento; ou                                      |

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|--|---|
|  | II - quando o aproveitamento do elemento nuclear de interesse for considerado inviável técnica ou economicamente, o titular da concessão de lavra dará a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas aos rejeitos, na forma prevista na legislação.                |
|  | § 6º Na hipótese prevista no inciso I do § 5º, o titular da concessão de lavra será remunerado pela INB caso a disponibilização ou a entrega do elemento nuclear implique despesas adicionais, conforme valor a ser acordado entre as partes.                                   |
|  | <b>Art. 10.</b> Compete ao Ministro de Estado de Minas e Energia definir o recurso estratégico de minério nuclear e delimitar a sua região geográfica, para fins do disposto no inciso V do caput do art. 2º.   |
|  | <b>Art. 11.</b> Sem prejuízo de eventuais licenças ou autorizações exigidas por outros órgãos ou entidades, a exportação pela INB de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares será autorizada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia. |
| <a href="#">Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962</a>  | <b>Art. 12.</b> A <a href="#">Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |
| Art. 2º Para os efeitos da presente lei são adotadas as seguintes definições:  | “Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se:  |
| Elemento nuclear: <b>É todo</b> elemento químico que possa ser utilizado na libertação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que possa ser utilizados para esse fim. | I - elemento nuclear - <b>^</b> elemento químico que possa ser utilizado na libertação de energia em reatores nucleares ou que possa dar origem a elementos químicos que <b>possam</b> ser utilizados para esse fim;  |
| <b>Periodicamente, o Poder Executivo, por proposta da Comissão Nacional de Energia Nuclear, especificará os elementos que devem ser considerados nucleares, além do urânio natural e do tório.</b>           | <b>^</b>  |
| Mineral nuclear: <b>É todo</b> mineral que contenham em sua composição um ou mais elementos nucleares.   | II - mineral nuclear - <b>^</b> mineral que <b>contenha</b> em sua composição um ou mais elementos nucleares;   |
| Minério nuclear: <b>É toda</b> concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou elementos nucleares ocorrem em proporção e condições <b>tais</b> que permitam sua exploração econômica.         | III - minério nuclear - <b>^</b> concentração natural de mineral nuclear na qual o elemento ou <b>os</b> elementos nucleares ocorrem em proporção e condições <b>^</b> que permitam <b>a</b> sua exploração econômica;  |

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA   | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|---|--|
| Urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233: <b>É</b> o Urânio que contém o isótopo 235, o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural.  | IV - urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233 - <sup>^</sup> o urânio que contém o isótopo 235 <sup>^</sup> ou o isótopo 233, ou ambos, em tal quantidade que a razão entre a soma das quantidades desses isótopos e a do isótopo 238 seja superior à razão entre a quantidade do isótopo 235 e a do isótopo 238 existente no urânio natural;  |
| Material nuclear: com esta designação se compreendem os elementos nucleares ou seus subprodutos (elementos transurânicos, (U-233) em qualquer forma de associação (i.e. metal, liga ou combinação química).   | V - material nuclear - material que contenha elemento nuclear e que seja produto de transformação do concentrado de minério nuclear;   |
| Material fértil: com essa designação se compreendem: o urânio natural; o urânio cujo teor em isótopo 235 é inferior ao que se encontra na natureza: o tório; qualquer dos materiais anteriormente citados sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado; qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais supracitados em concentração que venha a ser estabelecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear; e qualquer outro material que venha a ser <b>subseqüentemente</b> considerado como material fértil pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. | VI - material fértil: <sup>^</sup><br><br>a) o urânio natural;<br>b) o urânio cujo teor em isótopo 235 <b>seja</b> inferior ao que se encontra na natureza;<br>c) o tório;<br>d) quaisquer dos materiais de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" sob a forma de metal, liga, composto químico ou concentrado;<br>e) qualquer outro material que contenha um ou mais dos materiais de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" em concentração que venha a ser estabelecida pela entidade competente; e<br>f) qualquer outro material que venha a ser <sup>^</sup> considerado como material fértil pela entidade competente; |



| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|--|--|
| Material físsil especial: <b>Com essa designação se compreendem:</b> o plutônio 239; o urânio 233; o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenham um ou mais dos materiais supracitados; qualquer material físsil que venha a ser <b>subseqüentemente</b> classificado como material físsil especial pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. <b>A expressão material físsil especial não se aplica porém ao material fértil.</b> | VII - material físsil especial: <b>^</b><br><br>a) o plutônio 239;<br>b) o urânio 233;<br>c) o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233;<br>d) qualquer material que contenha um ou mais dos materiais <b>de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c”;</b> e<br>e) qualquer material físsil que venha a ser <b>^</b> classificado como material físsil especial pela <b>entidade competente;</b> <b>^ e</b>                              |
| Subproduto nuclear: <b>É todo</b> material (radioativo ou não) resultante de processo destinado à produção ou utilização de material físsil especial, ou todo material (com exceção do material físsil especial), formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação libertada nos processos de produção ou de utilização de materiais físséis especiais.  | VIII - subproduto nuclear:<br><br>a) <b>^</b> material <b>^radioativo</b> ou não <b>^</b> <b>radioativo</b> resultante de processo destinado à produção ou à utilização de material físsil especial; ou<br>b) todo material, <b>exceto o</b> material físsil especial <b>^</b> , formado por exposição de quaisquer elementos químicos à radiação libertada nos processos de produção ou de utilização de materiais físséis especiais. |
| Parágrafo único. A Comissão Nacional de Energia Nuclear classificará (quando necessário) os minérios nucleares para os efeitos do disposto neste artigo.   | Parágrafo único. <b>São elementos nucleares de que trata o inciso I do caput o urânio, o tório e o plutônio, além de outros que venham a ser especificados pela entidade competente.” (NR)</b>   |
| <a href="#">Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017</a>   | <b>Art. 13.</b> A <a href="#">Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA   | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|---|---|
| Art. 2º A ANM, no exercício de suas competências, observará e implementará as orientações e diretrizes fixadas no <a href="#">Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)</a> , em legislação correlata e nas políticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia, e terá como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no País, competindo-lhe: | “Art. 2º .....<br>.....   |
| XXXVII - regulamentar a aplicação de recursos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, do setor mineral.  | XXXVII - regulamentar a aplicação de recursos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, do setor mineral;  |
|   | XXXVIII - regular, normatizar, autorizar, controlar e fiscalizar as atividades de pesquisa e lavra de minérios nucleares no País, exceto em relação às questões de segurança nuclear e proteção radiológica, observado o disposto no art. 6º da <a href="#">Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021</a> ; e                           |
|   | XXXIX - fiscalizar os titulares de concessões de lavra quanto à ocorrência de elementos nucleares.  |
| <a href="#">Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021</a>   | <b>Art. 14.</b> A <a href="#">Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  |
| Art. 6º Compete à ANSN:   | “Art. 6º .....<br>.....   |
| II - regular, estabelecer e controlar, para fins de cumprimento da Política Nuclear Brasileira:   | II - .....  |
| a) os estoques e as reservas de minérios nucleares, de seus concentrados ou de compostos químicos de elementos nucleares;   | a) os estoques ^ de compostos químicos de elementos nucleares;  |
| V - avaliar a segurança, fiscalizar e expedir, conforme o caso, licenças, autorizações, aprovações e certificações para:  | V - .....<br>.....  |
| b) pesquisa, lavra, posse, produção, utilização, processamento, armazenamento, transporte, transferência, comércio, importação e exportação de minérios, de minerais e de materiais nucleares, inclusive de forma associada a outros minérios e minerais, observadas as competências de outros órgãos ou entidades da administração pública federal;  | b) ^ posse, produção, utilização, processamento, armazenamento, transporte, transferência, comércio, importação e exportação de minérios, de minerais e de materiais nucleares, inclusive de forma associada a outros minérios e minerais, observadas as competências de outros órgãos ou entidades da administração pública federal; |

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias - Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 18/08/2022 13:22)



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|--|--|
| XVIII - criar e manter cadastro nacional do histórico de doses de radiação dos indivíduos ocupacionalmente expostos nas atividades reguladas; e  | XVIII - criar e manter cadastro nacional do histórico de doses de radiação dos indivíduos ocupacionalmente expostos nas atividades reguladas; ^  |
| XIX - atuar, em conjunto com outros órgãos e entidades, na segurança nuclear, física e radiológica de grandes eventos realizados no País.  | XIX - atuar, em conjunto com outros órgãos e entidades, na segurança nuclear, física e radiológica de grandes eventos realizados no País;  |
|  | XX - regular, normatizar, licenciar, autorizar e fiscalizar a segurança nuclear e a proteção radiológica da atividade de lavra de minério nuclear, além dos depósitos de rejeitos e dos locais de armazenamento de resíduos; e |
|  | XXI - fiscalizar os titulares de concessões de lavra quanto à proteção radiológica da lavra de minério que contenha elementos nucleares.” (NR)   |
|  | <b>Art. 15.</b> Ficam revogados:   |
| <a href="#">Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962</a>  | I - o Capítulo III da <a href="#">Lei nº 4.118, de 1962</a> ;  |
| CAPÍTULO III   |  |
| Dos Minerais e Minérios Nucleares  |  |
| Disposições Gerais   |  |
| Art. 31. As minas e jazidas de substâncias de interesse para a produção de energia atômica constituem reservas nacionais, consideradas essenciais à segurança do País e são mantidas no domínio da União como bens imprescritíveis e inalienáveis.             | II - a <a href="#">Lei nº 5.740, de 1971</a> ;   |
| <a href="#">Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a><br>Autoriza a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a constituir a sociedade por ações Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - C.B.T.N., e dá outras providências.                          |  |
| <a href="#">Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974</a>  | III - os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 6.189, de 1974</a> :   |
| Art 2º Compete à CNEN:<br>.....  | a) a alínea “d” do inciso IV caput do art. 2º;   |
| IV - promover e incentivar:<br>.....   |  |
| d) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares e seus associados;   |  |
| Art. 4º Na pesquisa ou na lavra autorizadas, a ocorrência de urânio ou de tório obriga o titular a comunicar o fato à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), à Agência Nacional de Mineração (ANM) e às (INB), sob pena de revogação da autorização. | b) os § 1º e § 2º do art. 4º; e  |

| LEGISLAÇÃO ALTERADA   | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO |
|---|----------------------------------|
| <p>§ 1º Verificada a ocorrência de urânio ou de tório em quantidades de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e classificada pela ANSN conforme o grau de concentração e quantidade dos referidos minérios e da viabilidade econômica de exploração, na forma de ato do Poder Executivo.</p>                                       |                                  |
| <p>§ 2º Verificada a ocorrência de urânio ou de tório em quantidades de valor econômico inferior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização de pesquisa poderá ser concedida ou mantida, desde que sejam observadas as condições específicas de segurança, de prazo, de idoneidade e de capacidade técnica e financeira do responsável, entre outras estabelecidas em regulamento.</p> |                                  |
| <p>Art 20. O artigo 5º, da <a href="#">Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>   | c) os art. 20 ao art. 25;        |
| <p>"Art. 5º É facultado à NUCLEBRÁS desempenhar suas funções, diretamente ou através de subsidiárias, por convênio com órgãos públicos, por contratos com especialistas e empresas privadas, ou associação com outras entidades, observada a Política Nacional de Energia Nuclear.</p>  |                                  |
| <p>Parágrafo Único. Para a execução de atividades de que trata o artigo 1º, da <a href="#">Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962</a>, a NUCLEBRÁS só poderá constituir subsidiárias, das quais detenha, no mínimo e em caráter permanente, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto, por autorização do Presidente da República, mediante Decreto."</p>                                |                                  |
| <p>Art 21. O artigo 7º, da <a href="#">Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>   |                                  |
| <p>"Art. 7º O capital social autorizado será de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) dividido em 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias e 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma.</p>  |                                  |
| <p>Parágrafo Único. O referido capital autorizado poderá ser aumentado pela Assembléia Geral de Acionistas, observada a legislação em vigor."</p>   |                                  |

| LEGISLAÇÃO ALTERADA   | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|---|--|
| <p>Art 22. O artigo 10, da <a href="#">Lei número 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a>, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"Art. 10. A NUCLEBRÁS será administrada por uma Diretoria Executiva composta de um Presidente, e até 6 (seis) Diretores, sendo um Superintendente, nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade moral e capacidade administrativa.</p> <p>Parágrafo Único. O Presidente será demissível ad nutum pelo Presidente da República e os Diretores terão mandato de 4 (quatro) anos".</p> <p>Art 23. O artigo 16, da <a href="#">Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971</a>, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"Art. 16. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) aplicará o produto dos dividendos de que trata o artigo 15 desta Lei exclusivamente no desenvolvimento da tecnologia nuclear, diretamente ou mediante convênio, na forma legal, com a NUCLEBRÁS".</p> <p>Art 24. O item VIII, do artigo 1º, do <a href="#">Decreto-lei nº 1.279, de 5 de julho de 1973</a>, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"VIII - Dois por cento (2%) para aplicação através da NUCLEBRÁS, em programas relacionados com pesquisa, lavra e avaliação de reservas de minérios nucleares."</p> <p>Art 25. Não se aplica à NUCLEBRÁS o disposto nos artigos 31 e 32, do Código de Mineração (<a href="#">Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967</a>), quando se tratar de substâncias minerais associadas a minerais nucleares, ficando outrossim, ampliado a favor da NUCLEBRÁS, de 10 (dez) vezes o número de autorizações de pesquisa para cada substância mineral, bem como de 5 (cinco) vezes o número do limite máximo para a mesma classe de que trata o artigo 26, do Código de Mineração (<a href="#">Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967</a>), estabelecendo-se também em 5.000 (cinco mil) hectares, a área máxima para cada autorização de pesquisa conferida à NUCLEBRÁS.</p> |  |
| <a href="#">Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989</a>  | IV - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989</a> , na parte em que altera a alínea "d" do inciso IV do caput do art. 2º da <a href="#">Lei nº 6.189, de 1974</a> ; e |

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO  |
|--|---|
| Art. 1º Os arts. 2º, 10 e 19 da <a href="#">Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974</a> , passam a vigorar com a seguinte redação:   |   |
| "Art 2º Compete à CNEN:  |   |
| IV - promover e incentivar:  |   |
| d) a pesquisa e a lavra de minérios nucleares e seus associados;   |   |
| <a href="#">Lei nº 14.222, de 15 de outubro de 2021</a>  | V - os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 14.222, de 2021</a> :                                 |
| Art. 6º Compete à ANSN:  | a) do caput do art. 6º:   |
| VI - especificar, para fins do disposto no art. 2º desta Lei:  | 1. as alíneas "c" e "e" do inciso VI; e   |
| c) os minérios considerados nucleares;   |   |
| e) as jazidas consideradas nucleares, em função da concentração e da quantidade de minérios nucleares, e a viabilidade econômica de sua exploração; e  |   |
| VIII - fiscalizar o reconhecimento e o levantamento geológicos relacionados a minerais nucleares;  | 2. o inciso VIII; e   |
| Art. 34. A <a href="#">Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:  | b) o art. 34, na parte em que altera os § 1º e § 2º do art. 4º da <a href="#">Lei nº 6.189, de 1974</a> . |
| "Art. 4º Na pesquisa ou na lavra autorizadas, a ocorrência de urânio ou de tório obriga o titular a comunicar o fato à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), à Agência Nacional de Mineração (ANM) e às (INB), sob pena de revogação da autorização.  |   |
| § 1º Verificada a ocorrência de urânio ou de tório em quantidades de valor econômico superior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a jazida será incluída no monopólio e classificada pela ANSN conforme o grau de concentração e quantidade dos referidos minérios e da viabilidade econômica de exploração, na forma de ato do Poder Executivo. |   |

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1133/2022

| LEGISLAÇÃO ALTERADA  | TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO   |
|--|--|
| § 2º Verificada a ocorrência de urânio ou de tório em quantidades de valor econômico inferior ao da substância mineral pesquisada ou lavrada, a autorização de pesquisa poderá ser concedida ou mantida, desde que sejam observadas as condições específicas de segurança, de prazo, de idoneidade e de capacidade técnica e financeira do responsável, entre outras estabelecidas em regulamento. |  |
|  | <b>Art. 16.</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. |